



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 10 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Nomeação de relator para o relatório anual do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN relativo a 2014 (nos termos dos artigos 239.º e 242.º do RAR);**
- 3. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015;
Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)**
- 4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que solicita a audição do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradoria-Geral da República e da Ordem dos Advogados, antes da votação na especialidade da proposta de lei n.º 263/XII/4.^a - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro;**
- 5. Discussão e votação na especialidade da proposta de lei n.º 263/XII/4.^a (GOV) - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro;**
- 6. Admissão e distribuição da petição n.º 456/XII/4.^a - "Solicita a alteração do artigo 132.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais";**
- 7. Apreciação e votação de relatórios finais sobre petições, designadamente:
Petição n.º 427/XII/4.^a - "Impedir a aprovação da proposta de lei n.º 246/XII – cópia privada";
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
- 8. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de que seja solicitada à Senhora Ministra da Justiça a disponibilização à Comissão do relatório elaborado pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ) sobre a plataforma CITIUS;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

10. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que solicita, com caráter de urgência (antes do debate em Plenário), a audição da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito da proposta de lei n.º 273/XII/4.^a - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperacionalidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal;**
11. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicitando a audição do Dr. Rui Mateus Pereira e do Dr. Carlos Brito, ex-Presidente e ex-Vogal do Conselho Diretivo do IGFEJ, IP, para prestarem esclarecimentos acerca do bloqueio da Plataforma CITIUS;**
12. **Outros Assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

N.º e AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de lei n.º 271/XII/4. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.	Deputado António Gameiro (PS)
Proposta de lei n.º 272/XII/4. ^a (GOV)	Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009.	Deputado António Filipe (PCP)
Proposta de lei n.º 273/XII/4. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.	Deputado António Gameiro (PS)
Proposta de lei n.º 274/XII/4. ^a (GOV)	Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto.	Deputada Cecília Honório (BE)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

Em seguida, a Sr.^a Deputada Isabel Oneto (PS) foi nomeada relatora do parecer sobre o relatório anual do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN relativo a 2014, nos termos dos artigos 239.º e 242.º do Regimento da Assembleia da República

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD). Após a intervenção da Senhora Deputada Elza Pais (PS), submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradoria-Geral da República e da Ordem dos Advogados, antes da votação na especialidade da proposta de lei n.º 263/XII/4.^a - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro. Para o fundamentar, interveio o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), tendo de seguida usado da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que declarou que o Grupo Parlamentar do PSD concordava com a realização das referidas audições. O Senhor Presidente informou que também seria solicitado à Comissão Nacional de Proteção de Dados parecer sobre a proposta de lei n.º 263/XII/4.^a. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

Em resultado do ponto anterior, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação, na especialidade, da [proposta de lei n.º 263/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

No sexto ponto da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

PETIÇÃO	PETICIONANTE (S)	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
456/XII/4	José Miguel Fischer Rodrigues Cruz da Costa	Solicita a alteração do artigo 132.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais	Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)

Uma vez que não se encontrava presente o Senhor Deputado relator da petição n.º 427/XII/4.^a, o sétimo ponto da ordem do dia foi adiado para o final da reunião.

Não havendo lugar a apreciação de relatórios sobre iniciativas europeias, passou-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de que seja solicitada à Senhora Ministra da Justiça a disponibilização à Comissão do relatório elaborado pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ) sobre a plataforma CITIUS, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS). Em seguida, interveio o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que declarou que, por se tratar de um relatório de natureza intercalar, o mesmo não deveria ser disponibilizado naquele momento, posição que mereceu a concordância da Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que solicita, com carácter de urgência (antes do debate em Plenário), a audição da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, no âmbito da proposta de lei n.º 273/XII/4.^a - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperacionalidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração á lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) justificou a necessidade de realizar a referida audição no facto de estar em causa uma matéria que se reveste de especial complexidade



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

política e procedimental, tendo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) e a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) manifestado a sua concordância com a oportunidade e fundamento do requerimento apresentado. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

Após uma breve interrupção, foram reiniciados os trabalhos e retomado o sétimo ponto da ordem do dia, com a apreciação do relatório final da [Petição n.º 427/XII/4.^a](#), que visa «impedir a aprovação da proposta de lei n.º 246/XII – cópia privada», que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS). No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

Pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP) foi dito que, uma vez que a petição seria objeto de discussão em Plenário, deveria ser assegurada a possibilidade de a mesma ser agendada antes da votação final global das iniciativas legislativas pendentes sobre a matéria, posição que mereceu o acordo dos Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Carlos Abreu Amorim (PSD), tendo este, no entanto, informado que o Grupo Parlamentar do PSD não admitiria mais adiamentos da discussão e votação na especialidade das propostas de lei n.ºs 245, 246 e 247/XII/3.^a (GOV). O Senhor Presidente informou que iria desenvolver esforços no sentido de solicitar o agendamento da petição em Plenário.

Em seguida, deu-se início à audiência de uma delegação do Instituto de Imprensa (IPI – *International Press Institute*, composta pela Diretora Executiva, Dr.^a Barbara Trionfi, pelo Diretor de Advocacia e Comunicações, Dr. Steven M. Ellis, e pelo Diretor de Programas de Liberdade de Imprensa, Dr. Scott Griffen, com o objetivo de partilhar as preocupações do Instituto relacionadas com o efeito das leis de difamação em Portugal (particularmente as leis criminais) sobre a liberdade de informação no país.

Após uma intervenção inicial, proferida pela Senhora Dr.^a Barbara Trionfi, seguiu-se um debate no qual usaram da palavra, para formular perguntas e tecer comentários, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS),



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

Carlos Abreu Amorim (PSD) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), aos quais a Senhora Dr.^a Barbara Trionfi e o Sr. Dr. Scott Griffen responderam conjuntamente. No final, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) fez uma observação.

A audiência foi integralmente gravada em vídeo pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento

A reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2015.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: aprovada a 11-02-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 31/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Filipe Neto Brandão